

# Integração econômica regional na América Latina: uma interpretação das contribuições da CEPAL

---

Márcio Bobik Braga\*

O interesse pelo tema “integração econômica regional” tem crescido nos últimos anos. Além do “modismo” em torno da palavra globalização, têm contribuído para tal interesse a consolidação da União Européia, como uma verdadeira união monetária, e o surgimento de importantes acordos regionais, como o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul), além da perspectiva em torno da criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), acordos estes que têm trazido, tanto para o meio acadêmico quanto para o meio político, inúmeras questões econômicas, políticas e sociais decorrentes dos processos de integração na atual configuração das relações econômicas internacionais.

Na América Latina, diversas tentativas de integração têm sido observadas ao longo das últimas décadas, cuja influência da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) é marcante. Entretanto o destaque dado à CEPAL pela sua contribuição teórica à integração econômica regional é bastante tímido na literatura econômica sobre economia internacional. Em geral, o “pensamento econômico da CEPAL” é relacionado ao processo de substituição de importações e aos fenômenos da deterioração dos termos de troca e da inflação estrutural. Por outro lado, não é tarefa fácil sistematizar o pensamento cepalino, uma vez que os documentos oficiais são muito mais destinados às autoridades econômicas da América Latina do que ao público acadêmico (Bielschowsky, 2000). Nesse sentido, traduzir o pensamento da CEPAL nem sempre é tarefa fácil.<sup>1</sup>

---

\* Professor do Departamento de Economia da FEA-USP, *campus* de Ribeirão Preto, e do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina-USP (Prolam).

<sup>1</sup> Nem sempre é claro o que é o pensamento cepalino ou o que é o pensamento de algum autor simpatizante e/ou atuante na Instituição. Alguns poucos esforços foram realizados no sentido de sistematizar o pensamento da CEPAL, com destaque para Rodrigues (1981) e, mais recentemente, Bielschowsky (2000), em publicação comemorativa aos 50 anos da Instituição e que teve grande influência na elaboração deste artigo.

As idéias da CEPAL em relação à integração econômica regional, apesar do pouco destaque na literatura, trazem importantes contribuições para o entendimento do regionalismo na América Latina, principalmente com relação a seus propósitos e às dificuldades presentes no processo de integração. Demonstram, por exemplo, a importância da integração econômica regional para o desenvolvimento orientado pelo processo de substituição de importações e também para a formulação de estratégia visando a uma maior inserção da América Latina nas relações econômicas internacionais. Destacam, ainda, os fatores que têm dificultado esse processo de integração, especialmente no que diz respeito à coordenação das políticas macroeconômicas entre os países envolvidos.

O presente artigo tem como objetivo resgatar e sintetizar o pensamento cepalino sobre a integração econômica regional na América Latina. Em termos gerais, tal pensamento pode ser dividido em duas grandes fases. A primeira analisa a integração como parte da estratégia de desenvolvimento econômico e, em particular, do processo de substituição de importações proposto pela CEPAL na década de 50. A segunda, influenciada pelos tímidos resultados da integração no continente e pelo crescente interesse pelo processo de globalização nos anos 90, busca na integração regional uma maior inserção das economias latino-americanas na economia internacional. Trata-se da fase do “regionalismo aberto”. Entre essas duas fases, há um contexto em que a CEPAL tem o seu interesse voltado para o ajuste macroeconômico dos países latino-americanos e para os problemas ditos estruturais. Nessa fase intermediária, apesar da idéia de o regionalismo na América Latina não ter tido grande destaque nos trabalhos e documentos da CEPAL, surgem as bases para o estudo de novos e importantes elementos para o aprofundamento do tema, principalmente no que diz respeito à cooperação no âmbito macroeconômico entre os países envolvidos no processo de integração.

## **1 - Mercado comum, substituição de importações e desenvolvimento econômico na América Latina**

A defesa da industrialização na América Latina sempre esteve presente nos trabalhos pioneiros da CEPAL.<sup>2</sup> Tal defesa baseou-se em pelo menos três diagnósticos: (a) a necessidade da industrialização como forma de absorver a crescente disponibilidade de mão-de-obra, seja em decorrência do crescimento

---

<sup>2</sup> Parte dos documentos mais importantes da CEPAL estão reunidos em Bielschowsky (2000).

demográfico em si ou do intenso processo de urbanização verificado na região; (b) as externalidades positivas decorrentes da industrialização, manifestadas pela difusão tecnológica e pela conseqüente elevação da produtividade, contribuindo, assim, para o incremento das taxas de crescimento na região; e (c) a necessidade de se romper o processo perverso de deterioração dos termos de troca decorrente, dentre outros fatores, das diferenças nas elasticidades-renda da demanda entre produtos básicos e manufaturados. A viabilização da industrialização, segundo o pensamento cepalino, seria possível a partir de uma política de substituição de importações.

Nos livros-texto de economia internacional, o processo de substituição de importações como política de promoção à indústria nascente é, em geral, tratado como uma prática que impede a economia de captar os benefícios do livre-comércio. Conforme destacam Krugman e Obstfeld (2001), além de o processo negligenciar os ganhos da exploração das vantagens comparativas, nem sempre é possível identificar as indústrias que possuem rendimentos potenciais elevados sobre capital, mão-de-obra e demais fatores de produção. Além do mais, são altos os riscos de que uma política de promoção de indústrias nascentes seja ditada por interesses particulares, longe de serem ótimos no sentido econômico e social. Por fim, tarifas que reduzem as importações também tendem a reduzir as exportações. Nesse sentido, ao proteger as indústrias que substituem as importações, o país poderá estar desviando recursos dos setores exportadores; ou seja, uma política de substituição de importações pode estar sendo posta em prática em detrimento do crescimento das exportações do país.

Os argumentos anteriores, reforçados por algumas evidências, como o mau desempenho das economias latino-americanas nas últimas décadas e o sucesso das políticas de promoção das exportações implementadas em diversos países da Ásia, talvez expliquem por que a CEPAL é lembrada por seu viés antiexportador e por sua crítica às vantagens comparativas.<sup>3</sup> Entretanto uma investigação atenta acerca dos inúmeros trabalhos realizados pela Comissão revela que o pensamento cepalino não é tão protecionista quanto parece. Além do mais, essa mesma investigação parece mostrar que o processo de substituição de importações, quando inserido num contexto de integração econômica regional, seria um processo muito mais de transição a um objetivo maior: o de alcançar uma estrutura produtiva mais eficiente de forma a permitir um melhor posicionamento das economias latino-americanas no comércio internacional. Senão, vejamos.

<sup>3</sup> Esse ponto é inúmeras vezes destacado no texto de Bielschowsky (2000). Sobre a crítica às vantagens comparativas, ver Furtado (1983).

A sistematização das idéias preliminares da CEPAL em torno do tema “integração regional” está presente em documento de 1959, intitulado **Significación del Mercado Común en el Desarrollo Económico de América Latina**, redigido por Raúl Prebisch.<sup>4</sup> O documento analisa o processo de integração econômica regional, entendido como a criação de um mercado comum como resposta necessária às exigências do processo de crescimento econômico na região, processo este caracterizado pela industrialização substitutiva de importações. Ainda que não explicitada no documento, essa idéia geral tem uma importante implicação política no tocante aos conflitos em torno da liberalização comercial. Por resultar em mudanças no perfil de distribuição de renda e tendo em vista a existência de fatores específicos na economia, a liberalização comercial costuma ser acompanhada por resistências de grupos de interesses ou mesmo pela população em geral, que, na maioria das vezes, acabam por impedir o próprio processo de liberalização.<sup>5</sup> Tais resistências, no entanto, não se verificam, ou verificam-se com uma intensidade muito menor quando o processo de liberalização comercial ocorre junto com um movimento de reestruturação produtiva, em que os grupos de interesses ainda não estão formados, ou possuem força inexpressiva no processo; e é nas novas indústrias que reside o foco de análise do documento:

“Em países com escassez de capital e cuja capacidade de crescimento mostrou-se insuficiente, até agora, para absorver com eficácia grandes massas de potencial humano, e que desperdiçam grande parte de seu esforço em formas rudimentares de produção, não seria admissível nenhuma fórmula que trouxesse consigo fenômenos persistentes de desemprego dos fatores produtivos. Não é outra a base de preocupação freqüente: as conseqüências que poderiam ser acarretadas pela súbita eliminação do protecionismo entre os países latino-americanos. Esse protecionismo ampara uma grande parte das atividades existentes. Contudo, tal como foi concebido, o mercado comum concerne menos a essas atividades do que às que terão que ser desenvolvidas de agora em diante, em respostas às exigências do crescimento econômico” (Significação..., 2000, p. 351).

Essas “novas atividades” seriam, de acordo com o documento, as indústrias de bens de capital, de produtos automotivos, de bens de consumo duráveis e de bens intermediários.

<sup>4</sup> Na verdade, trata-se de um capítulo de um documento maior intitulado **El Mercado Común Latinoamericano** (E/CN.12/531).

<sup>5</sup> Sobre esse ponto, ver Krugman (1997).

Considerando que a dinâmica econômica na América Latina estaria sendo ditada pela industrialização substitutiva de importações, a integração econômica era vista pela CEPAL como peça importante nessa dinâmica. Em outras palavras, a formação de um bloco econômico na região seria considerada como uma condição necessária a uma industrialização mais eficiente, na medida em que a intensificação do intercâmbio comercial poderia forçar o aparecimento de organizações industriais mais eficazes, processo este construído a partir do aproveitamento de economias de escalas na produção, viabilizadas pela ampliação dos mercados e pelas vantagens da especialização, uma idéia não muito distante do conceito de vantagens comparativas decorrente seja do Modelo Ricardiano, seja do Modelo de Heckscher-Ohlin:

“(...) em vez de procurar implantar toda a sorte de indústrias substitutivas, cada país poderá especializar-se naquelas que julgar mais convenientes, de acordo com seus recursos naturais, com as aptidões de sua população e com as possibilidades de seu próprio mercado; e recorrerá a importações provenientes dos demais países latino-americanos para satisfazer outras necessidades de produtos industrializados que não tenham podido ser atendidas por importações do resto do mundo” (Significação..., 2000, p. 362).

Ou seja, diante do diagnóstico geral acerca da necessidade de industrialização na América Latina, naquele momento histórico, industrialização esta que deveria ser orientada a partir de um processo de substituição de importações, a integração econômica regional, cujo objetivo seria o de proporcionar o aproveitamento de vantagens comparativas e os ganhos de escala com a ampliação do mercado em nível regional, seria uma peça fundamental na política proposta.

Não se deve, entretanto, desconsiderar, no pensamento cepalino, o conceito daquilo que se convencionou chamar de “vantagens comparativas dinâmicas da produção industrial” ou “desvantagens comparativas dinâmicas da especialização de bens primários”. Tal conceito, devidamente colocado por Furtado (1983) e por Bielschowsky (2000), representa uma crítica à análise estática presente na teoria do comércio internacional. Conforme destaca Furtado (1983), a especialização, quando encarada sob o ponto de vista estático, poderia resultar em problemas estruturais que se manifestariam pela deterioração dos termos de troca do país especializado na produção de alimentos e de matérias-primas num contexto de integração global. Esse processo perverso seria explicado pela baixa elasticidade-renda da demanda por alimentos e pelas inovações tecnológicas nos setores industriais dos países desenvolvidos, inovações estas que resultariam ou na substituição de matérias-primas naturais por produtos sintéticos, ou no menor uso dessas matérias-primas no processo produtivo.

A grande dificuldade do conceito de “vantagens comparativas dinâmicas” estaria na identificação das indústrias com essas vantagens. Tal dificuldade poderia ser minimizada num contexto de integração regional, ao se buscarem, na região, os benefícios da especialização<sup>6</sup>. Ou seja, é no regionalismo que o processo de substituição de importações procuraria sua eficiência decorrente dos ganhos do livre-comércio, tanto a partir da exploração das vantagens da especialização regional, como a partir de um melhor aproveitamento de economias de escala. Essa idéia parece se aproximar do conceito de criação de comércio no processo de integração, considerada a melhor alternativa (*second best*) diante das dificuldades do multilateralismo.<sup>7</sup>

Dentro dessa preocupação quanto à eficiência do processo de substituição de importações, merecem destaque os argumentos de Prebisch:

“Como é por demais sabido, essa proliferação de toda a espécie de indústrias num mercado fechado privou os países latino-americanos das vantagens da especialização e das economias de escala e, graças a tarifas e restrições exageradas, não se desenvolveu antes um tipo saudável de competição, tudo isso em detrimento da eficiência produtiva” (Prebisch, 1964, p. 89).

Ou seja, as conclusões que distanciam o pensamento econômico cepalino do pensamento econômico tradicional no tocante ao comércio internacional devem ser tomadas com cuidado. É bem verdade que os modelos de vantagens comparativas dão pouca atenção às estruturas de preferência dos agentes, além de não levarem em conta a evolução das estruturas de oferta e de demanda dos produtos transacionados. Mas, diante do contexto das análises da importância da integração regional, não é verdade que a CEPAL teria desprezado as virtudes da especialização.<sup>8</sup>

Naquele momento, não foi enfatizada somente a maior racionalidade econômica da industrialização substitutiva de importações. A análise cepalina destacava, também, que a integração econômica na região teria outro importante objetivo: o de atenuar a vulnerabilidade externa dos países envolvidos ao possibilitar maiores alternativas de exportações. Tal vulnerabilidade não poderia ser

---

<sup>6</sup> O próprio Furtado (1983), em sua crítica à teoria do comércio internacional, reconhece tais benefícios.

<sup>7</sup> Ou seja, pode-se pensar numa aproximação das idéias cepalinas e na contribuição clássica de Vinner (1950).

<sup>8</sup> Ao contrário do que diz Bielschowsky (2000), quando se refere ao fato de que a “(...) tese à deterioração dos termos de troca (...) afrontava o postulado liberal das virtudes do comércio internacional livre” (Bielschowsky, 2000, p. 28).

superada dentro de um processo de substituições arbitrário, que levasse à criação de indústrias pouco eficientes. Essa idéia foi destacada por Prebisch (1964):

“A industrialização, cercada pelo protecionismo excessivo, como também os impostos exagerados sobre certos produtos agrícolas importantes criaram uma estrutura de custos que dificulta sobremaneira a exportação de manufaturas para o resto do mundo. (...) Os altos custos iniciais da industrialização criaram a necessidade de proteção, e a proteção excessiva trouxe uma estrutura de custos a que se juntam impostos indiretos e obrigações sociais. Tudo isso conspira contra as exportações e também contra uma política mais racional de importações. E, isso acontecendo, o sistema fechado tende a perpetuar-se, com grave detrimento do desenvolvimento econômico” (Prebisch, 1964, p. 90).

Assim, a perspectiva de esse processo ocorrer junto com a formação de um mercado comum, ao tornar mais eficientes as novas indústrias, poderia trazer novas e maiores possibilidades no âmbito das exportações, contribuindo para reduzir a vulnerabilidade externa das economias latino-americanas. Tais possibilidades poderiam manifestar-se de duas formas: (a) através de um maior intercâmbio comercial dentro do mercado comum; e (b) através do aumento das exportações de manufaturas para o resto do mundo.

No caso do maior intercâmbio comercial dentro do mercado comum, seria necessário algum tipo de reciprocidade por parte dos países-membros. O fato de existirem, nesse mercado, países com diferentes níveis de desenvolvimento faz com que os mais desenvolvidos tenham as melhores chances de explorar economias de escala, o que poderia levá-los a apresentar superávits comerciais em relação aos outros países menos desenvolvidos. Seria, então, necessário um sistema de concessões, de forma que os países superavitários pudessem elevar as importações de outros países para manter o equilíbrio das balanças comerciais entre todos os membros envolvidos.<sup>9</sup> Essa é uma importante questão e abrange, além da boa vontade política das partes implicadas, pelo menos três ações: (a) a solução de disputas de grupos de interesses; (b) algum grau de cooperação macroeconômica; e (c) a existência de uma política industrial unificada. Com relação à primeira ação, conforme destacado anteriormente, a solução poderia advir do fato de o processo de integração estar ocorrendo tendo como setores relevantes aqueles em fase de implantação, o que atenuaria, de

<sup>9</sup> Para uma análise desse ponto no contexto da integração latino-americana na década de 60, ver Versiani (1987).

certa forma, as pressões contrárias ao processo, uma vez que os grupos de interesses ainda não estariam formados ou organizados. No caso da segunda ação, seria necessário todo um esforço de convergência macroeconômica e coordenação de políticas no sentido de se buscar alguma estabilidade cambial na região. Essa idéia somente ocuparia espaço nas análises cepalinas a partir do surgimento dos problemas de endividamento externo a partir dos anos 70 e com o agravamento do quadro macroeconômico na região nos anos 80. Voltar-se-á a esse ponto mais adiante. No que diz respeito à terceira ação — uma política industrial unificada —, esta estaria condicionada aos dois pontos anteriores.

Já no caso do aumento das exportações para o resto do mundo, devem-se levar em conta os ganhos com a integração; ou seja, além da criação de comércio entre os membros do mercado comum, o processo de integração econômica na região, pelos motivos de eficiência apontados anteriormente, poderia abrir novas possibilidades de exportação para os países desenvolvidos. Muitos desses países estariam passando por profundas transformações tecnológicas, deslocando mão-de-obra de indústrias de baixa tecnologia para novas indústrias, de alta tecnologia. Nesse sentido, as possibilidades de exportações industriais por parte dos países latino-americanos seriam evidentes. Por outro lado, o desenvolvimento tecnológico nos países centrais, ao contribuir para um maior crescimento econômico, elevaria a demanda por importações por parte desses países, reforçando a tendência de crescimento das exportações latino-americanas:

“(...) em alguns deles [países desenvolvidos], já se constata uma certa tendência a empregar sua mão-de-obra em indústrias de alta qualidade técnica e crescimento relativamente rápido, em detrimento de outras que — em igualdade de condições competitivas — não poderiam resistir à concorrência de indústrias similares em países relativamente novos no campo industrial. Se os centros industriais mais avançados do resto do mundo conseguirem manter, persistentemente, uma taxa satisfatória de crescimento econômico, e se seu impulso técnico continuar a levá-los a formas cada vez mais complexas e elaboradas de atividade industrial, que absorvam a mão-de-obra deslocada de outras atividades, é possível que se abram perspectivas até agora insuspeitadas para as exportações industriais latino-americanas” (Significação..., 2000, p. 359).

Ou seja, a industrialização proposta pela CEPAL não deve ser vista como um processo de substituição de importações em si, mas como um estágio em um movimento mais amplo de inserção dos países latino-americanos no comércio internacional. De fato, além de levar em conta a já destacada reestruturação



produtiva nos países desenvolvidos, a possibilidade de maiores exportações latino-americanas de produtos industriais para os países centrais estaria inserida numa estratégia política de negociação no âmbito do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), criado em 1947 e que, naquela época, tratava, dentre outras questões, do protecionismo com relação a produtos primários colocado em prática em inúmeros países desenvolvidos e que se mantém até hoje, problema este reconhecido pelo documento da CEPAL. Ou seja, estaria implícita na discussão a estratégia de fortalecimento da região, no âmbito do GATT, em torno da liberalização do comércio internacional, cuja assimetria de poderes entre os países já era evidente naquela época.

Enfim, na esfera das análises acerca da necessidade de uma política de substituição de importações nos países latino-americanos, a necessidade de criação de um mercado comum na região teria como objetivo dar uma maior racionalidade econômica ao processo, criando novas indústrias, que poderiam explorar vantagens comparativas e os ganhos de escala em nível regional, além de ser uma condição necessária a uma estratégia maior de estimular as exportações, uma vez que a substituição de importações não resolveria a vulnerabilidade externa do país, mas apenas atenuaria a composição das importações, "(...) renovando-se continuamente o problema da insuficiência de divisas" (Significação..., 2000). Nesse sentido, a idéia do mercado comum rebate, de certa forma, as críticas ao processo de substituição de exportações como uma política que conspira contra o livre-comércio. Elas demonstram, sim, que a CEPAL esteve longe de defender tal conspiração. Conclusões importantes que, infelizmente, têm recebido pouca ênfase na literatura.

## **2 - Os desequilíbrios macroeconômicos na América Latina a partir dos anos 70 e as dificuldades de integração**

O documento da CEPAL de 1959 (Significação..., 2000), muito mais do que um exercício acadêmico (aliás, nunca se propôs a isso), teria como objetivo fixar um conjunto de normas para o estabelecimento efetivo de um mercado comum latino-americano. E, de fato, teve influência decisiva na formação (ou, pelo menos, na tentativa de formação) da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), formalizada em 1960 pelo Tratado de Montevidéu, assinado por Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, Paraguai e Peru e, posteriormente, por Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela. Infelizmente, a ALALC não chegou a se tornar um mercado comum de fato. Com o fracasso da ALALC, uma nova versão do Tratado de Montevidéu foi assinada em 1980, criando a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), que não chegou a formar efetivamente um mercado co-

num na região, apesar de ter mantido viva a idéia da integração na América Latina.

As causas do fracasso da integração latino-americana idealizada pela CEPAL são inúmeras, e tentar-se-á relacioná-las a seguir. Entretanto, em decorrência da intensificação dos problemas macroeconômicos (ditos estruturais) que surgiram a partir dos anos 70 e se intensificaram durante os anos 80, bem como da falta de espaço político nas economias nacionais para uma discussão mais ampla acerca da integração latino-americana, o tema foi colocado em segundo plano pela CEPAL, que passou a buscar interpretações para a crise e propor soluções para a sua superação.<sup>10</sup> Assim, os anos 70 e 80 foram caracterizados, no que diz respeito ao pensamento cepalino, por uma maior ênfase às análises macroeconômicas, com destaque para o endividamento externo, a dependência e a inflação. O amadurecimento dos efeitos desses problemas sobre o processo de integração na região só viria mais tarde, com a consolidação dos diagnósticos acerca da crise e do ajuste na América Latina. Até então, muito pouco se falou da integração latino-americana.<sup>11</sup>

Dentre as causas que explicam o fracasso dos esquemas ALALC/ALADI, podem-se destacar, inicialmente, as dificuldades em se distribuir os benefícios e os custos da integração em um grupo de países com diferentes graus de desenvolvimento industrial e que demandam a difícil tarefa da administração de conflitos entre os Estados nacionais. Tais dificuldades estavam previstas no documento de 1959, através do chamado “princípio da reciprocidade”. Tal princípio, conforme destacado anteriormente, buscava assegurar a todos os países participantes do mercado comum os benefícios na medida das concessões. Trata-se de um processo de difícil coordenação e que envolve não apenas questões econômicas, mas também políticas, principalmente quando não existe uma clara definição das estratégias de desenvolvimento a serem seguidas, ou quando tais estratégias criam uma elite industrial com influência política e que se opõe a uma maior abertura da economia às importações.<sup>12</sup>

Em segundo lugar, pode-se citar a perda da capacidade da CEPAL em

---

<sup>10</sup> Essa preocupação está clara nos inúmeros artigos da **Revista de La Cepal**, publicados no final dos anos 70 e durante os anos 80.

<sup>11</sup> Não são muitos os textos que procuram analisar o fracasso do processo de integração latino-americano ao longo dos anos 70 e 80. Aqui, destacam-se Salgado (1979), Versiani (1987) e Massad (1989).

<sup>12</sup> Essa afirmação, aparentemente, contradiz outra colocada na seção anterior: o fato de a integração ocorrer junto com o processo de reestruturação produtiva não sofreria tanto com pressões de grupos de interesses, uma vez que estes ainda não estariam formados. Entretanto a industrialização na América Latina não ocorreu num mercado integrado, não se beneficiando, assim, dessa facilidade. Nesse sentido, os grupos de interesses surgiram num processo de substituição de importações, numa economia fechada.

influenciar o pensamento econômico na região. Conforme destaca Bielschowsky (2000), dentre os fatores que contribuíram para essa perda de influência, destacam-se: (a) o fortalecimento da chamada tecnocracia estatal, que passou a influenciar as decisões econômicas em nível tanto setorial como macroeconômico; (b) o aparecimento de centros acadêmicos de excelência no estudo da economia na região; e (c) a expansão das ditaduras militares no continente sul-americano, cuja ideologia era incompatível com as propostas estruturais sugeridas pela Comissão.

Mas, sem dúvida, o principal problema enfrentado pelo processo de integração latino-americano diz respeito ao quadro de instabilidade nas condições macroeconômicas dos países envolvidos a partir dos anos 70, condições estas agravadas nos anos 80.<sup>13</sup> Tais problemas acabaram por reduzir ainda mais a disposição em se construir um mercado comum na região, pelo menos até a segunda metade da década de 80, quando se iniciou o processo de criação do Mercosul, que só mostrou sinais de consolidação a partir dos anos 90, justamente quando se vislumbraram perspectivas de uma maior estabilidade econômica na região, particularmente no que diz respeito à inflação.

Conforme destacado anteriormente, a partir dos anos 70 e principalmente durante os 80, diversos países latino-americanos, a exemplo da Argentina e do Brasil, experimentaram fortes instabilidades macroeconômicas, caracterizadas por processos inflacionários crônicos e inconsistências intertemporais nos processos de endividamentos interno e, principalmente, externo (pelo menos num primeiro momento). Ainda que as altas taxas de inflação tenham sido contidas nos anos 90, verificaram-se, nessa década, grandes instabilidades cambiais e forte vulnerabilidade externa dos países na região. Num processo de baixa integração, esses fatores não têm tanta importância, dada a reduzida possibilidade de transmissão das instabilidades entre os países. Entretanto, com o avanço da integração, seria fundamental algum tipo de cooperação macroeconômica, uma vez que as transmissões das instabilidades macroeconômicas entre os países seriam intensas.

Motivada pela experiência européia na condução de seu processo de integração e pelo diagnóstico de que o fracasso da integração na América Latina se deveu, em grande parte, à instabilidade macroeconômica na região, a CEPAL passou, no início dos anos 90, a abordar o tema com maior profundi-

<sup>13</sup> Sobre esse ponto, ver CEPAL (Relaciones..., 1985), que enfatiza o problema do endividamento externo dos países latino-americanos.

<sup>14</sup> Dentre esses documentos, destacam-se aqueles elaborados por ocasião de "La Coordinación de las Políticas Macroeconómicas como Factor de la Integración en América Latina y en Europa", realizada em Santiago do Chile, em outubro de 1990, os quais estão reunidos em CEPAL (1992).

de no que diz respeito aos seus efeitos sobre a integração regional, dando início à publicação de vários documentos.<sup>14</sup> Nesse momento, a preocupação voltava-se, principalmente, para o campo da cooperação macroeconômica, tendo como contexto o Mercosul num momento de graves desequilíbrios macroeconômicos observados nas duas grandes economias da região: Brasil e Argentina (Coordinacion..., 1992a; 1992b).

Sob o ponto de vista teórico, existe uma clara relação entre o grau de integração e interdependência macroeconômica e os incentivos à cooperação. Segundo a CEPAL (Coordinacion..., 1992a), a interdependência macroeconômica derivaria de três efeitos que a integração exerce sobre as economias: (a) o aumento do volume de comércio em relação ao produto agregado, ou seja, um aumento do grau de abertura dos países; (b) a intensificação da reação do comércio frente a mudanças nos preços relativos dentro dos mercados, o que pode ser interpretado como elevação da elasticidade-preço do comércio; e (c) a maior sensibilidade que os fluxos comerciais tendem a experimentar em relação a variações no nível de atividade dos países envolvidos, decorrente do maior grau de especialização entre eles, o que pode ser interpretado como uma elevação da elasticidade-renda do comércio.

Esses três efeitos descreveriam o fenômeno da interdependência econômica entre os países participantes do processo de integração, ou seja, a sensibilidade do comportamento econômico de um país com respeito aos acontecimentos econômicos em outros países. Assim, a partir de um determinado grau de integração, com a intensificação do processo de abertura do país e com a elevação das elasticidades-preço e renda do comércio, cresceria a necessidade de se levarem em conta os efeitos de políticas ou perturbações macroeconômicas internas em outros países do bloco. Estaria, assim, criada a necessidade de algum grau de cooperação macroeconômica entre os países, seja no que diz respeito à convergência de determinados parâmetros macroeconômicos (inflação, déficit público, déficit externo, etc.), seja com relação à coordenação de políticas macroeconômicas (políticas monetária, fiscal e cambial). Estabelecida tal cooperação, poder-se-ia criar o que se pode denominar de ciclo virtuoso: a partir de um determinado nível de integração, a cooperação acabaria por contribuir para a intensificação do processo. Essa dinâmica, entretanto, não seria algo fácil de se estabelecer. Isto porque, em situações em que é baixo o grau de integração entre os países, também é baixo o grau de interdependência macroeconômica, e, conseqüentemente, não há incentivos à coordenação macroeconômica; e a ausência dessa coordenação acaba por perpetuar o baixo grau de integração, dinâmica esta que pode ser descrita como um ciclo vicioso.

O grande problema num processo de integração seria transformar o ciclo vicioso num ciclo virtuoso. No caso dos países latino-americanos, a situação teria sido ainda mais problemática: muitos desses países apresentariam graves

desequilíbrios macroeconômicos manifestados por inflação crônica e altos níveis de endividamento interno e externo. Nesse sentido, a prioridade no ajuste macroeconômico e a falta de controle adequado sobre determinados instrumentos de política econômica acabaram por criar grandes dificuldades no âmbito da cooperação macroeconômica. Além disso, os problemas nos balanços de pagamento tendem a levar os governos a terem atitudes protecionistas, limitando, assim, a aplicação do “princípio da reciprocidade”.

Enfim, diante de todo esse contexto perverso, parece claro para a CEPAL que as dificuldades no que diz respeito à integração latino-americana estariam principalmente no âmbito da cooperação macroeconômica. Nesse sentido, o grande desafio estaria em criar mecanismos de incentivo para essa cooperação:

*“En consecuencia, se podría postular que la mayor estabilidad de las políticas económicas de los países asociados a un esquema de integración probablemente depende, entre otros factores, de una institucionalidad sólida con capacidad de elaborar tratados o acuerdos factibles y que contengan los instrumentos pertinentes que impidan que los compromisos se conviertan al poco tiempo en letra muerta”* (Coordinacion..., 1992b, p.168).

E é exatamente a necessidade de uma “institucionalidade sólida” no contexto de instabilidade macroeconômica na América Latina que tem influência marcante na nova fase do pensamento “integracionista” da CEPAL.

### **3 - O ressurgimento da integração nos anos 90: o Regionalismo Aberto**

Esgotado o processo de substituição de importações, abertas as perspectivas de superação dos problemas macroeconômicos que predominam na América Latina desde os anos 70 e consolidado o processo democrático nos principais países latino-americanos, processo este acompanhado pela desregulamentação dos mercados, cresce o consenso em torno da necessidade, na região, de se buscar uma maior e melhor inserção produtiva e tecnológica na economia mundial; e, nesse contexto, as preocupações voltam-se para a necessidade de se melhorar a produtividade na economia, tornando mais competitivas as empresas nacionais no âmbito do comércio internacional. Apesar de essa idéia ter sido parte do documento da CEPAL de 1959 (Significação..., 2000), prevaleceu até então, na região, a ênfase nas políticas de substituição de importações numa economia fechada por parte das autoridades econômicas e

das políticas nacionais. Diante do esgotamento da eficácia dessas políticas, da efetiva industrialização na região e da idéia geral acerca do surgimento de um novo e grande movimento econômico internacional, caracterizado por muitos pela palavra “globalização”, tornou-se evidente a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento para a América Latina. Frente à nova necessidade, adaptaram-se as propostas da CEPAL, cujo enfoque passou a ser **transformação produtiva com equidade** (Transformação..., 1990). No que diz respeito às relações internacionais, ponto central no novo enfoque, a estratégia sugerida seria a conquista de uma maior competitividade internacional através das inovações tecnológicas nos processos produtivos.<sup>15</sup>

A necessidade de uma melhor inserção internacional dos países da América Latina levou a CEPAL a desenvolver uma idéia já embrionária no documento de 1959 (Significação..., 2000), qual seja, a de se elevar a participação das economias latino-americanas nos movimentos de comércio e investimentos internacionais. Foi, então, por ocasião da elaboração de documento da CEPAL em 1994, sob a coordenação de Gert Rosenthal, utilizado o conceito de Regionalismo Aberto, definido como um processo de integração que tem como objetivo:

“(...) fazer da integração um alicerce que favoreça uma economia internacional mais aberta e transparente, em vez de ela se converter num obstáculo que a impeça, com isso restringindo as opções ao âmbito dos países da América Latina e Caribe. Isso significa que os acordos de integração devem tender a eliminar as barreiras aplicáveis à maior parte do comércio de produtos e serviços entre os signatários, no contexto de suas políticas de liberalização em relação a terceiros, ao mesmo tempo em que é favorecida a adesão de novos membros aos acordos” (Regionalismo..., 1994, p. 945).

Nesse sentido, o Regionalismo Aberto estaria inserido em um processo de criação de comércio contextualizado numa época de grande interdependência produtiva e tecnológica global, ou seja, entendido como uma fase no processo de inserção dos países numa economia internacional, que, cada vez mais, estaria caminhando em direção ao livre-comércio.

Por outro lado, haveria também um interesse estratégico no sentido de fortalecer os países latino-americanos contra o protecionismo dos países desenvolvidos e contra o surgimento de blocos comerciais:

“Ao mesmo tempo, todos também reconhecem o risco de que a

---

<sup>15</sup> Na verdade, o enfoque analítico da CEPAL, tendo em vista o seu caráter “(...) histórico-estruturalista, vem se adaptando nos diversos períodos da história econômica e social recente da América Latina”. Sobre essas adaptações, ver Bielschowsky (2000).

configuração de blocos econômicos entre países desenvolvidos conduza a um mundo fragmentado, no qual predomine o livre-comércio dentro desses grupos e um comércio mais administrado entre eles e os demais países. Por essa perspectiva, a integração continua a fazer sentido, desta vez como um mecanismo de defesa para compensar alguns dos custos de um isolamento ainda maior, resultante do eventual aumento do protecionismo nos países desenvolvidos<sup>16</sup> (Regionalismo..., 1994, p. 943).

Em suma, o Regionalismo Aberto, tal como concebido pela CEPAL, pode ser entendido como uma estratégia para se buscar uma maior eficiência econômica a partir da integração regional, tendo como objetivo melhorar a posição da região no novo contexto econômico internacional, caracterizado pelas intenções no sentido de atingir um comércio mais livre, intenções estas que têm se manifestado nas inúmeras rodadas de negociação no âmbito do GATT/Organização Mundial do Comércio (OMC) e também na consolidação da União Européia como uma verdadeira união monetária e nos riscos que esse mercado pode trazer aos países em desenvolvimento ao fortalecer o protecionismo extrabloco.

O novo enfoque parte da idéia de que a integração, entendida como uma opção de *second best* frente à impossibilidade de uma plena integração multilateral, teria como resultados aqueles previstos nas teorias tradicionais de comércio internacional: maior eficiência produtiva, melhores expectativas dos agentes, maiores possibilidades de investimentos e maior difusão tecnológica entre os países do bloco econômico. Além disso, contribuiria para a redução das rendas improdutivas, tendo em vista a melhora do ambiente competitivo nas economias e a possibilidade de uma redução considerável nos custos de transação do comércio, através da construção de uma infra-estrutura regional e de uma harmonização de normas e regulamentos.

Além do contexto destacado no primeiro parágrafo desta seção, o que diferencia o regionalismo aberto do documento de 1959 é o fato de a industrialização já ter ocorrido na região. Naquele momento e conforme foi destacado na primeira seção deste artigo, a integração teria como ênfase as novas indústrias a serem criadas. Ou seja, a integração era vista como um importante aliado ao processo de industrialização nas economias latino-americanas. No novo contexto, a integração não pode ser vista como um processo de criação de estruturas econômicas específicas, mas como uma forma de tornar mais eficientes as estruturas já implantadas. Nesse sentido, o que chama atenção no Regionalismo Aberto proposto pela CEPAL é a ênfase dada às estratégias empresariais no processo de integração. Veja-se com mais detalhe este último ponto.

<sup>16</sup> Esse ponto é também sugerido por Gonçalves *et al.* (1998).

Além da criação de comércio, o novo documento enfatiza os efeitos da integração sobre as decisões de investimentos, tanto das empresas do bloco como também com relação às empresas transnacionais.<sup>16</sup> Esses investimentos, conforme destacado, seriam beneficiados tanto pelas expectativas mais favoráveis decorrentes dos ganhos de eficiência produtiva com a integração quanto pela redução dos custos de transação. Além disso, o empresariado privado teria uma participação fundamental na condução do processo; ou seja, o processo de integração econômica seria conduzido não apenas pela participação do Estado como agente coordenador, mas também pelas empresas, num processo de criação e expansão das empresas no mercado integrado. Nesse contexto, caberia ao Estado o estímulo aos acordos setoriais, além da criação de condições adequadas para um maior intercâmbio produtivo:

“Um processo de integração que procure favorecer a incorporação do progresso técnico requer, além da liberalização ampla dos mercados, acordos setoriais flexíveis a serviço das empresas que desejem aproveitar os benefícios potenciais da integração. Caberia aos governos desempenhar o papel de catalisador, para que se gerem estruturas flexíveis de coordenação empresarial, que facilitem a intermediação da transferência tecnológica, a criação de redes de informação e a abertura de canais ou foros de intercâmbio, reflexão, construção de consenso e mobilização de recursos de apoio. Essas instâncias também poderiam servir para gerar projetos empresariais conjuntos ou propiciar outros tipos de acordos entre as empresas estabelecidas nos diversos países da região” (Regionalismo..., 1994, p. 950-951).

Nesse sentido, haveria uma clara intenção de se estimular a expansão das atividades empresariais ao longo do bloco, ou seja, empresas antes vistas como estritamente nacionais passariam a expandir o seu campo de atuação para outros países da região. Essa idéia, entretanto, não estaria restrita apenas a empresas latino-americanas. A integração regional serviria como uma forma de capturar investimentos externos de países fora do bloco, que tivessem como objetivo o mercado integrado (e não o de um país específico), aproveitando-se das estratégias das empresas transnacionais para expandir suas atividades, “em consonância com o seu maior grau de especialização internacional e regional” (Regionalismo..., 1994, p. 945).

Todas essas idéias parecem estar presentes no processo de criação do Mercosul. Conforme explicitado no Tratado de Assunção, na intenção de se criar um verdadeiro mercado comum, ter-se-ia a perspectiva acerca da “(...) evolução dos acontecimentos internacionais, em especial a consolidação de grandes espaços econômicos e a importância de lograr uma adequada inserção internacional para seus países” (Tratado de Assunção, 26.03.91, parte introdutória).



Por outro lado, estaria também explicitada no referido tratado a necessidade de se adotarem acordos setoriais como forma de "(...) otimizar a utilização e mobilidade de fatores de produção e alcançar escalas operativas eficientes" (artigo 5, item c).

Infelizmente, a integração latino-americana esbarra num velho problema: o da reciprocidade, particularmente no campo da cooperação macroeconômica. Nesse caso, o documento é bem mais cauteloso em relação ao de 1959:

"A integração comercial pode induzir a uma necessidade maior de coordenar as políticas macroeconômicas. Entretanto, e a despeito da atenção que esse tema tem recebido no âmbito do Mercosul, essa coordenação tende a ser limitada na América Latina e no Caribe, particularmente quando existem condições de instabilidade que impedem que um país exerça um controle efetivo sobre seus próprios instrumentos. Além disso, deve-se levar em conta que as formas mais sólidas de coordenação surgem como resultado de um processo bastante longo, durante o qual a integração vai adquirindo maior impulso e as políticas macroeconômicas interagem constantemente" (Regionalismo..., 1994, p. 955-956).

Em conformidade com a análise feita na seção anterior, para a CEPAL estariam claras as dificuldades em torno de um movimento cooperativo no âmbito macroeconômico, na região. Ou seja, transformar o ciclo vicioso num ciclo virtuoso não seria tarefa fácil. Para tal transformação, seria necessário algum nível de demanda por cooperação que pudesse justificar os esforços dos governos nesse sentido. Tal dificuldade, entretanto, poderia ser minimizada pelo surgimento de um processo "autônomo" de integração conduzido pelas empresas em suas estratégias dentro do mercado integrado. Autônomo no sentido de que se trata de um processo que, a partir de determinado ponto, passa a não depender tanto da atuação direta dos governos e, sim, das decisões tomadas no âmbito do setor produtivo dos países envolvidos na integração.

Conforme destacado anteriormente, a importância das estratégias empresariais no processo seria uma peça fundamental para a busca de uma maior eficiência produtiva dentro do mercado integrado. Tais estratégias se manifestariam pela criação de um complexo de relações interindustriais, através de uma maior difusão tecnológica, de uma desverticalização das empresas e de uma intensificação dos investimentos, tendo como ênfase o mercado integrado. Esse ambiente faz surgir uma rede de contratos entre empresas cuja estabilidade e eficiência dependem da estabilidade macroeconômica entre os países. Isto porque, além de se estabelecerem relações contratuais entre empresas de países com diferentes moedas, as estruturas produtivas internas passam a ser mais sensíveis ao desempenho da renda dos outros países do bloco econômico. Nesse sentido, ao se intensificar o grau de integração empresarial e ao se criar

uma estrutura produtiva voltada para o mercado integrado, tal processo acaba por demandar a necessidade de uma maior estabilidade macroeconômica entre os países. Esta seria uma demanda fundamental por cooperação macroeconômica e, conseqüentemente, um caminho no sentido de se propiciarem incentivos a essa cooperação. Ou seja, a integração “autônoma” conduzida pelas empresas seria um fator decisivo para viabilizar incentivos à cooperação no âmbito das questões macroeconômicas. Estaria, assim, aberto o caminho para se transformar o ciclo vicioso no ciclo virtuoso.

Enfim, o fortalecimento das relações empresariais no mercado integrado talvez tenha sido um dos caminhos identificados pela CEPAL para a criação da destacada “institucionalidade sólida” necessária à consolidação do processo de integração econômica na América Latina.

Olhando para o Mercosul hoje, percebe-se que o processo de integração tem ocorrido junto com um grande movimento de fusões e aquisições, observando-se, ainda, expressivos investimentos estrangeiros diretos voltados para o mercado integrado.<sup>17</sup> Resta saber se esses movimentos serão suficientes para resolver o atual impasse que vive o Mercosul, impasse este decorrente dos problemas cambiais verificados na Argentina e, de certa forma, no Brasil e da total falta de cooperação macroeconômica, particularmente no que diz respeito à política cambial.

## 4 - Considerações finais

Procurou-se, neste artigo, sintetizar o pensamento da CEPAL no tocante à integração econômica regional na América Latina. Percebe-se que, ao contrário do que muitos pensam, a CEPAL não pode ser caracterizada por um ideário protecionista e totalmente crítico às teorias tradicionais do comércio internacional. Sua análise acerca do processo de substituição de importações no contexto de um movimento em direção a um mercado comum na América Latina teria como preocupação dar ao processo uma maior racionalidade econômica, respondendo, assim, às críticas à idéia de proteção à indústria nascente. Se é verdade que as indústrias nascentes deveriam ser protegidas naquela época, não se deve negligenciar o fato de que, dentro de um mercado regional integrado, o crescimento dessas indústrias poderia beneficiar-se da especialização intrabloco, aproveitando os ganhos da especialização e da exploração das economias de escala. Essa maior eficiência produtiva poderia, também, contribuir para o aproveitamento de melhores oportunidades de diversificação das exporta-

<sup>17</sup> Ver Chudnovski e López (1987) e Bonelli (2000).

ções dos países da região para as economias desenvolvidas, resultando, desse modo, num melhor desempenho da região num contexto de crescente intensificação das relações econômicas internacionais. Se esse ponto era parte das propostas do documento de 1959 (Significação..., 2000), torna-se um dos pontos centrais na visão cepalina sobre o tema nos anos 90, visão esta resumida na idéia do Regionalismo Aberto. Sob esse conceito, a integração deveria ser conduzida não apenas pelo Estado, mas também pelas relações produtivas e tecnológicas entre as empresas e pela estratégia de expansão destas no contexto da globalização, criando-se, assim, um processo autônomo de integração, processo este que passaria a demandar ações específicas em prol da integração.

Infelizmente, todo esse ideário tem esbarrado nas dificuldades de aplicação do princípio da reciprocidade, principalmente no âmbito da cooperação macroeconômica entre os países, colocando tais temas na frente das discussões sobre integração latino-americana. Um melhor entendimento dessa questão, sempre presente nos principais documentos da CEPAL sobre o assunto e que hoje se coloca como prioritário nas propostas da Comissão, passa pela análise e pela busca de soluções conjuntas para os desequilíbrios macroeconômicos observados nos países da região, além da criação de mecanismos de incentivo à cooperação no âmbito das negociações. A relação entre o desempenho do Mercosul e as condições macroeconômicas dos seus parceiros na atualidade constitui-se numa importante evidência que reforça essas necessidades. Surge, entretanto, uma possibilidade de solução ao problema: o processo autônomo de integração via estratégias empresariais pode vir a minimizar tais problemas ao criar uma integração produtiva “de fato”, o que pode servir como um incentivo aos esforços de cooperação em torno da integração.

Enfim, o pensamento da CEPAL no que diz respeito à integração econômica regional na América Latina é por demais rico para ser esquecido. Revela-se fundamental para o entendimento do regionalismo latino-americano e mesmo para a formulação de propostas de política num momento em que o tema da integração econômica regional ocupa grande destaque no âmbito das discussões em torno da economia internacional.

Cabe destacar que, diante de toda essa discussão, surge na agenda a proposta de criação da ALCA. Se, por um lado, o Mercosul parece se encaixar no universo de discussões acerca da importância da integração econômica regional para o desenvolvimento da América Latina, não está clara essa relação quando se considera a ALCA. Isto significa que, para uma adequada avaliação dos possíveis benefícios de uma área de livre-comércio envolvendo todos os países do continente, deve-se questionar se o modelo de integração implícito na ALCA pode ser parte de um processo mais amplo: o do tão desejado desenvolvimento latino-americano.

## Bibliografia

- BIELSCHOWSKY, Ricardo, org. (2000). **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: COFECON; Record.
- BONELLI, Regis (2000). **Fusões e aquisições no Mercosul**. Rio de Janeiro: IPEA. (Texto para discussão n. 718).
- CHUDNOVSKI, Daniel, LÓPEZ, Andrés (1997). Las estrategias de las empresas transnacionales en Argentina y Brasil: qué hay de nuevo en los años noventa? **Revista Brasileira de Comércio Exterior**. Rio de Janeiro: FUCEX, n. 53, p. 38-53, nov./dez.
- COORDINACIÓN de las políticas macroeconómicas en el contexto de la integración latinoamericana: una primera aproximación para el caso de la integración entre Argentina e Brasil, La (1992a). In: ENSAYOS sobre coordinación de políticas macroeconómicas (1992). Santiago do Chile: CEPAL.
- COORDINACIÓN de políticas macroeconómicas en la integración latinoamericana: una necesidad o una utopía? (1992b). In: ENSAYOS sobre coordinación de políticas macroeconómicas (1992). Santiago do Chile: CEPAL.
- ENSAYOS sobre coordinación de políticas macroeconómicas (1992). Santiago do Chile: CEPAL.
- FURTADO, Celso (1983). **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultura. (Os Economistas).
- GONÇALVES, Reinaldo et al. (1998). **A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus.
- KRUGMAN, Paul R. (1997). **Internacionalismo Pop**. Rio de Janeiro: Campus.
- KRUGMAN, Paul R., Maurice Obstfeld (2001). **Economia Internacional: teoria e política**. 4.ed. São Paulo: Makron Books.
- MASSAD, Carlos (1989). Una nueva estrategia para la integración. **Revista de La CEPAL**. Santiago do Chile, n. 37, p. 105-113, abr.
- PREBISCH, Raúl (1964). **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. [s.l.]: Fundo de Cultura.
- REGIONALISMO aberto na América Latina e no Caribe: a integração econômica a serviço da transformação produtiva com equidade, O (1994). In BIELSCHOWSKY, Ricardo, org. **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: COFECON; Record.

RELACIONES económicas internacionales de América Latina y la Cooperación Regional, Las (1985). Santiago do Chile: CEPAL. (Estudios e informes de la CEPAL, n. 49).

RODRIGUES, Octaviano (1981). **Teoria do subdesenvolvimento da Cepal**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

SALGADO, Germánico (1979). El mercado regional latinoamericano: el proyecto y la realidad. **Revista de La CEPAL**. Santiago do Chile, n. 3, p. 87-133, abr.

SIGNIFICAÇÃO do Mercado Comum no Desenvolvimento Econômico da América Latina, A (2000). In BIELSCHOWSKY, Ricardo, org. **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: COFECON; Record. (1959).

TRANSFORMAÇÃO produtiva com equidade: a tarefa prioritária do desenvolvimento da América Latina e do Caribe (2000). In BIELSCHOWSKY, Ricardo, org. **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: COFECON; Record.

VERSIANI, Flávio R. (1987). As experiências latino-americanas de integração e os novos acordos Brasil-Argentina-Uruguai. In: BAUMANN, Renato, Juan C. Lerda, orgs. **Integração em debate**. Brasília: Marco Zero; Universidade de Brasília.

VINNER, Jacob (1953). **International trade and economic development**. Oxford.